

# SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: a marca histórica de uma profissão feminizada

Débora de Paula Bolzan<sup>(\*)</sup>

## Resumo

Considerando que o Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina este trabalho busca responder as seguintes questões: como se constituem os arranjos de gênero dessa categoria ocupacional? Como as construções sociais e culturais de gênero influenciam o trabalho e a vida dessas/es profissionais? Sendo uma profissão permeada por valores em torno do feminino, os homens assistentes sociais guardam esses valores na prática profissional? Os resultados indicam que as assistentes sociais administram suas relações de gênero na permanência do trabalho doméstico conciliado ao trabalho profissional, configurando uma identidade de gênero e a dupla jornada de trabalho. Esta ocupação é permeada por uma desvalorização histórica e social e persiste enquanto nicho feminino no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Gênero. Trabalho. Setor de Serviços.

## Abstract

Whereas social work is a predominantly female profession this paper seeks to answer the following questions: how are the arrangements of gender this occupational category? How social and cultural constructions of gender influence the work and life of these professionals? Being one profession permeated by values around the female, do male social workers keep these values in professional practice? The results indicate that female social workers manage their gender relations in the permanence of housework reconciled to professional work, setting up a gender identity and the double workday. This occupation is permeated by historical and social devaluation and persists while female niche in the labor market.

**Key-words :** Social Work. Gender. Labor. Service Sector.

## Apresentação<sup>1</sup>

Inserido prioritariamente no setor de serviços<sup>2</sup>, o Serviço Social está entre as cinco profissões brasileiras que mais empregam mulheres. Na década de 1970 era a

---

<sup>(\*)</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás. E-mail: deborabolzan@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Este trabalho tem como base a dissertação de mestrado da autora: "'Eu nasci para ser assistente social": o trabalho em Serviço Social, profissionalização, identidade e gênero", no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG, sob orientação do Prof. Dr. Jordão Horta Nunes.

<sup>2</sup> A distinção habitual entre atividades econômicas compreende os tradicionais setores: primário (agrícola, pesca, caça e extrativismo), secundário (industrial) e terciário (serviços). Entretanto, essa classificação superficial não leva em conta o atual crescimento e a diversificação que os serviços adquiriram nas economias atuais. Entre as principais atividades de serviços pode-se listar: comércio, transportes;

segunda profissão com maior concentração de mulheres no país; nos Censos de 1980, 1991 e 2000 assumiu como a profissão de nível superior mais feminina do Brasil. Na virada do século XXI, em 2006, a profissão mantém a alta taxa de feminização em nível nacional, com 95,3% de mulheres (SIMÕES, 2012). Historicamente, Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia e Biblioteconomia indicam as quatro profissões mais influenciadas pelo gênero no mercado de trabalho brasileiro. Tais profissões são consideradas de menor valor e mal remuneradas, revelando que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho e posicionam a mulher em uma situação desigual construída a partir da divisão sexual<sup>3</sup> do trabalho.

Dados recentes da RAIS<sup>4</sup> 2010 sobre Goiás mostram que a taxa de feminização do Serviço Social nesse Estado é de 93,7%. Em nível nacional os dados da Pnad<sup>5</sup> 2012 apontam que as mulheres representaram 84,4% da categoria em todo o Brasil, conforme mostra as tabelas seguintes.

**Tabela 1: Divisão por sexo de assistentes sociais em Goiás –RAIS 2012**

Sexo	Frequência	(%)
Masculino	54	6,4
Feminino	793	93,7
<b>TOTAL</b>	<b>847</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Rais 2012-Goiás. Elaboração da autora

**Tabela 2: Divisão por sexo de assistentes sociais no Brasil –PNAD<sup>6</sup>2012**

Sexo	Frequência	(%)
Masculino	28.935	15,6
Feminino	156.368	84,4

publicidade; computação; telecomunicações; educação; saúde; recreação; o setor financeiro, bancário e de seguros; administração pública; serviços postais, religiosos; alimentação; manutenção e reparação; beleza e higiene; diversões e recreação, etc.

<sup>3</sup>O conceito refere-se à distribuição desigual de homens e mulheres no mundo de trabalho, nas profissões e na divisão desigual do trabalho doméstico. Essa divisão varia no tempo e no espaço, hierarquizando atividades, valorizando ou não certas profissões e criando “guetos” ocupacionais, como é o caso do Serviço Social. Ver: Lobo, E.S. *A classe operária tem dois sexos, trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>4</sup> A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é um importante instrumento de coleta de informações sócio-econômicas solicitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores, cobrindo o mercado de trabalho formal brasileiro, incluindo contratos temporários. A RAIS abrange o âmbito nacional e é feita anualmente.

<sup>5</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD, embora seja um levantamento estatístico e não uma base administrativa, engloba também vínculos informais além de uma vasta gama de informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, tendo como unidade de coleta os domicílios. É uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e inclui todas as regiões do Brasil.

<sup>6</sup> A PNAD emprega uma codificação de ocupação agregada e o código 2516 corresponde a assistentes sociais e economistas domésticos.

<b>TOTAL</b>	<b>185.303</b>	<b>100,0</b>
--------------	----------------	--------------

Fonte: Pnad 2012-Brasil. Elaboração da autora

A presença feminina no Serviço Social é uma marca histórica, reproduzindo uma concepção sexuada de exercício profissional. Nesse sentido, a interlocução entre Serviço Social e gênero levanta questões recorrentes aos estudos de gênero, principalmente porque se trata de uma profissão moldada pela divisão sexual do trabalho e pelos arranjos de sexo em âmbito doméstico. Como se constituem os arranjos de gênero dessa categoria? Como as construções sociais e culturais de gênero influenciam o trabalho e a vida dessas/es profissionais? Procurando responder a essas questões traçou-se como objetivo analisar sociologicamente as relações e as construções de gênero das/os assistentes sociais da região metropolitana de Goiânia.

Nos espaços ocupacionais, o cotidiano das/os assistentes sociais e as demandas atendidas pela categoria estão imbricadas no gênero: violência contra a mulher, trabalho doméstico, abuso sexual e moral, direitos reprodutivos, planejamento familiar, aumento de mulheres chefiando famílias, presídios femininos, movimento LGBT; entre outras. No entanto, as análises do trabalho em Serviço Social pouco problematizam a perspectiva do gênero, limitando-se, na maioria das vezes, às estatísticas por categorias de sexo, sendo a produção acadêmica pequena sobre os estudos de gênero em Serviço Social (LISBOA, 2010).

Os estudos de gênero configuram-se como uma área que acarreta grande afastamento de assistentes sociais, como observa Marlene Rodrigues:

A questão da mulher e mais, precisamente, dos gêneros é inerente ao dia-a-dia do Assistente Social - uma profissão composta majoritariamente por mulheres e que tem nestas suas principais usuárias. Talvez por isso mesmo, permanece, de maneira geral na periferia dos debates no Serviço Social. Mais do que isso, a maioria dos profissionais, parece mesmo resistir, ativamente, às abordagens que privilegiem o enfoque do gênero e mesmo a aproximação com os movimentos sociais de mulheres (RODRIGUES, 1998, p.5).

Segundo Simões (2012) apesar de ser uma profissão predominantemente feminina “as análises dessa maciça presença na profissão ainda não receberam tratamento condizente com a relevância do tema” (p.94). Mais do que afirmar a presença massiva de mulheres nesta ocupação, como fazem grande parte das pesquisas em Serviço Social que tocam no tema, é preciso mostrar como a prática profissional é

orientada pelo gênero e como a profissão é influenciada por valores e práticas culturalmente e historicamente associados ao universo feminino.

É importante ressaltar que gênero<sup>7</sup> é considerado em uma dimensão relacional, ou seja, falar de uma profissão de maioria feminina inclui falar também do masculino e das interações e interdependências imbricadas nessas relações. Mesmo representando um pequeno quantitativo, os homens se fazem presentes no serviço social e os valores relativos ao masculino fazem parte de suas relações. Sendo uma profissão permeada por valores em torno do feminino, os homens guardam esses valores na prática profissional?

A categoria gênero explica as relações desiguais entre os sexos como relações sociais, culturais, políticas e econômicas (re)produtoras de relações sociais desiguais que legitimam e naturalizam desigualdades, estabelecidas historicamente com base em construções culturais e sociais que diferenciam e hierarquizam os sexos, ou seja, essa categoria questiona o lugar social e cultural ocupado pela mulher, lugar esse construído hierarquicamente como uma relação aparentemente natural de poder entre os sexos.

A pesquisa de mestrado a que se baseou este trabalho teve ênfase qualitativa, utilizando entrevistas<sup>8</sup> semiestruturadas combinadas a entrevistas narrativas como procedimento de coleta de dados qualitativos, visando caracterizar as peculiaridades e os arranjos de gênero das/os assistentes sociais da região metropolitana de Goiânia. Além disso, recorreu-se a fontes quantitativas que trazem importantes informações acerca do Serviço Social. Foram empregadas diferentes fontes de dados secundários, como CENSO, PNAD e RAIS. A amostra constituída foi heterogênea, intencional e não-probabilística, composta de profissionais de ambos os sexos, com idades variadas, tipos de vínculo/contratos de trabalho diferenciados, locais de trabalho distintos e características sociodemográficas diversas.

Um breve perfil das entrevistadas/os mostra a heterogeneidade do campo e da categoria em análise. Foram realizadas 15 entrevistas, com treze mulheres e dois homens, todas/os com graduação em Serviço Social e ocupadas/os como assistentes sociais. As idades variam entre 30 e 70 anos. As áreas de atuação dessas/es profissionais

---

<sup>7</sup>A análise da categoria gênero deve ser entendida como uma relação entre sujeitos históricos e participantes de um padrão de acumulação capitalista que se apropria das relações de gênero para explorar as diferenças socialmente construídas a seu favor. Assim, “os sujeitos históricos têm suas relações reguladas pelo gênero, conjunto de representações absolutamente central na sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p. 74). Ademais, gênero é relacional e “não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher” através da naturalização das diferenças socialmente construídas (*id.*, p.276-77).

<sup>8</sup> A amostragem foi constituída gradativamente, durante a fase de coleta de maio de 2013 a fevereiro de 2014.

são diversificadas: assistência social, saúde, INSS, Ministério Público (MP), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEMDUS) e Organização não governamental (ONG). Os tipos de vínculos se caracterizam por estatutários efetivos (município, Estado ou União), contratos por tempo determinado, cargo comissionado e trabalho voluntário. Os salários auferidos da renda pelo trabalho em Serviço Social apresentam alta discrepância entre as/os entrevistadas/os, variando de R\$900,00 a R\$8.000,00.

**Quadro 1: Perfil sócio-ocupacional das/os assistentes sociais entrevistadas/os**

Nome (fictício)	Sexo	Idade	Naturalidade	Situação conjugal	Filhos	Escolaridade
Paula	feminino	32	Goiânia	casada	1	Graduação
Alice	feminino	42	Goiânia	casada	3	Graduação
Ana	feminino	30	Goiânia	união estável	nenhum	Graduação
Laura	feminino	43	São Paulo/SP	casada	3	Pós-Graduação
Luiza	feminino	53	Damolândia/GO	casada	2	Graduação
Júlia	feminino	36	Goiânia	casada	2	Especialização
Elisa	feminino	38	Barreiras/BA	solteira	nenhum	Pós-Graduação
Telma	feminino	38	Londrina/PR	casada	nenhum	Mestre
Pedro	masculino	50	Rio Casca/MG	casado	2	Pós-Graduação
Maria	feminino	70	Horizonta/GO	casada	3	Graduação
Gabriela	feminino	35	Franca/SP	casada	nenhum	Especialização
Carla	feminino	52	Itaberaí/GO	união estável	1	Pós-Graduação
Jorge	masculino	40	Itapuranga/GO	solteiro	nenhum	Graduação
Sandra	feminino	44	Goiânia	solteira	2	Pós-Graduação
Cristina	feminino	52	Inhumas/GO	solteira	nenhum	Graduação

Fonte: Entrevistas realizadas. Elaboração da autora.

### **A consolidação do campo social como feminino**

As “protoformas” do Serviço Social brasileiro surgiram com as primeiras instituições assistenciais no início da década de 1920: a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo. Eram compostas por mulheres das elites cariocas e paulista com o objetivo de desenvolver obras assistenciais pautadas em valores religiosos. É a partir dessas instituições, juntamente com a Confederação Católica, que se criam as bases materiais, organizacionais e humanas para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, na segunda metade da década de 1930. A dedicação ao apostolado laico estava caracterizado por um quadro de qualidades femininas, como paciência, amor ao próximo, sensibilidade, representados na figura feminina (CISNE, 2012).

A partir de 1930 a assistência social tomou novos rumos com o desenvolvimento econômico do Brasil, crescimento da classe trabalhadora e dos antagonismos de classe (desigualdade social, miséria, reivindicações trabalhistas), tornando imprescindível a intervenção sistemática do Estado nesta área na qual até então era omissa.

A primeira escola brasileira de Serviço Social surgiu em 1936 em São Paulo, fundada pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS<sup>9</sup>), por meio de esforços desenvolvidos por grupos femininos católicos que atuavam em instituições assistencialistas da Igreja. Formada inicialmente para atender a demanda da Igreja em habilitar profissionais para o seu quadro, o Serviço Social começou, paulatinamente, a ser requerido também pelas instituições estatais. A segunda escola surgiu em 1937, no Rio de Janeiro. Concomitantemente, o Brasil vivia uma fase política que influenciaria intensamente o Serviço Social: a era do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Pautando-se num modelo de assistência clientelista e populista, o Estado utilizava-se também, indiretamente, da imagem social da mulher, dos valores e papéis a ela atribuídos e difundidos pela igreja católica “para assegurar o controle da “questão social” e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais” (CISNE, 2012, p.35). Nesse contexto, as primeiras-damas assumiram a responsabilidade pela assistência social, concretizando-a como campo de atuação do feminino. Mais do que isso, as mulheres foram historicamente vinculadas e responsabilizadas “para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, com o equilíbrio e harmonia sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora” (id., 38). O contexto de formação e das escolas de Serviço Social deve ser entendido como parte dessa influência religiosa sobre a profissão e sobre a educação brasileira.

A criação e desenvolvimento de grandes instituições sociais e assistenciais criaram condições favoráveis para a institucionalização do Serviço Social no mercado de trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942, se tornou uma grande instituição nacional de serviços de assistência social que, apesar de ter sido fundada por iniciativas particulares, recebia financiamentos do governo, sob presidência da primeira dama do país, Sra. Darcy Vargas. O estatuto da LBA garantia a ocupação do cargo de presidência da instituição às primeiras damas, vinculando formalmente a assistência social às mulheres e, por conseguinte, acionando para o campo dessa política habilidades e qualidades historicamente construídas como femininas. A LBA era, portanto, um lugar feminino, encampando todos os significados, atribuições e valores que a mulher ocupa na sociedade.

---

<sup>9</sup> O CEAS surge em São Paulo em 1932 com objetivo de desenvolver um núcleo popular de estudos da doutrina social da Igreja e princípios do cristianismo. O CEAS é o responsável pela criação da primeira escola de Serviço Social do Brasil.

Para o Serviço Social a LBA causou grande impacto e abrangeu um campo de atuação extenso na política social, reorganizando e incrementando o aparelho assistencial, dinamizando e racionalizando a assistência. Atuou ainda no repasse de verbas a obras assistenciais particulares e na concessão de bolsas de estudo para o curso de Serviço Social. A profissão passou a fazer parte da engrenagem das políticas sociais do Estado e de instituições patronais e privadas; no entanto, não se tratava mais do apostolado e de catequizar os pobres por meio da ação benevolente. No novo contexto a prática passou a ser substituída pela atividade metódica e burocratizada de assistentes sociais assalariados, com formação técnica. O Serviço Social incorporou-se nas mais diversas instituições, sempre requisitado para atender os segmentos mais carentes, mas com uma dedicação mais direta, porém não exclusiva, às mulheres e crianças (CISNE, 2012).

Cabia a assistente social o papel de “educar o povo” e “instruir a família” em campanhas sanitárias, educativas, de combate a subnutrição, etc, encampadas pelo Estado, empresas, igreja e organizações patronais. Nesse contexto, o Serviço Social interpretava a família e, sobretudo o trabalho feminino, de forma complexa e extremamente conservadora, entendendo que a mulher que trabalha desamparava seu lar, trazendo como consequências “a mortalidade infantil e o abandono ao menor e a desagregação moral da família” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.219). Nessa perspectiva, o Serviço Social deveria zelar pela manutenção da família, pois, o casamento e a maternidade são percebidos como “a vocação feminina mais normal”, sendo incompatíveis com os deveres da mulher profissional (id., ib.). Pautadas num tecnicismo profissional acrítico, em uma interpretação distorcida e conservadora da realidade, as assistentes sociais canalizavam para as mulheres a responsabilidade com a reprodução social e todo o equilíbrio social, intervindo na formação moral e social das famílias, transmitindo uma visão de mundo que reproduzia e transferia para as usuárias as desigualdades e opressões de gênero.

A assistência social configurou-se desde seu surgimento como campo complexo e contraditório para as mulheres, pois representou uma conquista feminina, embora limitada, no espaço ocupacional do mundo do trabalho assalariado; no entanto, ocupou e ainda ocupa um lugar marginal, pouco valorizado social e financeiramente. A própria política de assistência centralizou-se na família, concentrando na mulher a responsabilidade por esta instituição, pela harmonia social, educação e socialização dos

seus membros e, ainda hoje<sup>10</sup>, apesar dos avanços, não houve alterações profundas, sendo a figura feminina primordialmente relacionada ao caráter moralizante da família.

No período ditatorial brasileiro, mas especificamente na segunda metade da década de 1965 teve-se o início de um movimento questionador, que criticava os métodos e o embasamento teórico-metodológico do Serviço Social, colocando em questão a necessidade de uma reconceitualização metodológica e prática da categoria. Essa perspectiva crítica e inovadora entrou de forma embrionária no discurso de alguns profissionais e se difundiu lentamente ao longo deste período. Segundo Lima (1984) no interior da categoria havia dois grupos independentes, com tendências e correntes contrárias: o primeiro defendendo a perspectiva conjuntural desenvolvimentista e outro, uma perspectiva mais crítica, questionando a aparente neutralidade ideológica e política da profissão e seus métodos.

O “Serviço Social tradicional” passou a ser negado por uma parte da categoria e o descontentamento profissional ganhou adeptos. Um movimento começou a ser formado sob o olhar vigilante da ditadura. Esse movimento de insatisfação cresceu paulatinamente, desencadeando mobilizações políticas e inovações teóricas para a profissão, tornando-se conhecido como “Movimento de Reconceitualização” (MONTÃO, 2011). Já no final da década de 1970 e início 1980 o movimento encontrava-se articulado e decidido a adequar a profissão às características e particularidades da realidade brasileira. Num dos marcos mais importantes da profissão, o chamado “Congresso da Virada”, realizado em 1979 em São Paulo, a categoria assumiu um posicionamento político-profissional orientado pela teoria marxista, compreendida como teoria revolucionária capaz de auxiliar o rompimento com a prática profissional conservadora e com o viés religioso. O marxismo passou a ser o referencial teórico-ideológico mais adequado aos objetivos da profissão, tornando-se a teoria que embasa ao ensino nas academias até os dias atuais.

Somente no conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na sociedade brasileira desde a década de 1930 até os dias atuais é que se pode compreender a emergência do Serviço Social e seu processo de profissionalização. Não se pode ver a história da profissão como historiográfica e linear; ela é parte de um

---

<sup>10</sup> A título de exemplo, o Programa Bolsa-Família determina que o cartão e a administração do repasse sejam feitos prioritariamente pela mulher: “o saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher” (MDS, 2014). No entanto, mesmo existindo uma intrínseca relação entre gênero, políticas públicas e Serviço Social, os estudos de gênero não adquiriram e não adquirem ênfase na formação acadêmica de assistentes sociais, configurando uma lacuna na formação profissional dessa categoria.



processo, do estabelecimento de condições histórico-sociais que demandam esse trabalho e o legitimam profissionalmente. E é no setor de serviços que o Serviço Social encontrou sua maior empregabilidade, essencialmente nos quadros funcionais governamentais.

As ocupações neste setor estão relacionadas ao tradicional papel ocupado pelas mulheres âmbito doméstico; são atividades vistas como menos qualificadas, geralmente, baseadas em atributos e “qualidades” femininas, como o cuidado, amor e paciência. Além disso, as desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, a permanência feminina como responsável pelas tarefas do âmbito doméstico e cuidado dos filhos mostram as relações desiguais e discriminatórias que incidem sobre o trabalho feminino e ganham concretude na divisão sexual do trabalho, materializada e acentuada no mercado de trabalho.

Com dados da Fundação Carlos Chagas, Magda Neves (2012) demonstra que o aumento da escolaridade feminina tem tido impacto nos postos de trabalho em que a exigência da escolaridade é elevada. Por exemplo, em 2007 as mulheres compuseram 57% do grupo que têm 12 anos de estudo e mais da metade do grupo entre os que têm de 9 a 11 anos de estudo. Os dados registram o crescimento da presença feminina em cargos de chefia, gerência, administração de empresas e em profissões técnicas e científicas de prestígio, como arquitetura, medicina, engenharia e odontologia. A participação das mulheres em ocupações jurídicas foi a que aumentou com maior expressividade no seu conjunto, “passando de 3,5 em 1998, para 4,2 em 2007”, embora essa participação tenha ocorrido em menor expressividade nos cargos dirigentes, como membros superiores do poder público, gerências, diretorias de empresas, mostrando que as mulheres encontram mais obstáculos de acesso a cargos de chefia (NEVES, 2012, p.13).

Os rendimentos discrepantes entre os sexos parece ser um continuísmo na inserção feminina no mercado de trabalho. Com base em dados do DIEESE, Neves (2012) expõe que, em 2010 “as mulheres ganhavam 75,7% do salário dos homens ante uma percentagem de 73,6% em 2000 e 79,8% em 2009” (p.14). O fato de apresentarem credenciais de escolaridade superiores aos homens “não se reverte em ganhos semelhantes, pois os dados deixam claros que homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes” (NEVES, 2012, p.14).

Recente pesquisa do DIEESE, com base em dados da RAIS dos anos de 2009 a 2011, mostra que a proporção de mulheres no mercado de trabalho formal se elevou na

medida em que houve aumento da escolaridade feminina. Os dados apontam que em 2011 as mulheres responderam por 52,0% de trabalhadores ocupados com a escolaridade “ensino superior incompleto” e 58,8% com “ensino superior completo”. Entre trabalhadores analfabetos houve queda da participação feminina, de 18,7%, em 2010, para 12,1%, em 2011. Ainda assim, as mulheres auferiam uma renda 17,2% inferior a dos homens em 2010 e 2011 em nível nacional (DIEESE, 2012).

Os dados de Neves (2012) corroboram diversas pesquisas (SORJ, 2000, NEVES, 2012; NUNES, 2011; SOUZA 2011; SANTOS 2011) que assinalam que a incorporação da força de trabalho feminina, ao longo da cadeia de produção e no setor de serviços, se concentra nos postos mais flexibilizados, na ponta da cadeia produtiva e em ocupações historicamente desvalorizadas e moldadas pela divisão sexual do trabalho, como é o caso do Serviço Social.

### **As relações de gênero no Serviço Social**

A análise das relações de gênero no Serviço Social deve ser correlacionada a uma das características mais marcantes dessa profissão: a presença histórica e majoritária feminino, como mostrado atrás. Não se pretende afirmar a presença de “afinidades” entre gênero e Serviço Social; o que se pretende é mostrar de que maneira a prática profissional se relaciona às construções de gênero, em valores em torno do trabalho e da identidade e como estas questões afetam, implicitamente ou não, o fazer profissional e as relações sociais dessa categoria ocupacional.

As relações de gênero, construídas, social e culturalmente, tornam-se imprescindíveis para analisar as atuais mudanças e a heterogeneidade crescente no mundo do trabalho, principalmente porque o gênero é um dos elementos que diferencia as experiências, a segmentação ocupacional, a inserção e a permanência no mercado de trabalho de homens e mulheres. Além disso, a articulação entre gênero e trabalho suscita novas questões que se cruzam com a temática, como a identidade e a subjetividade de homens e mulheres trabalhadores.

O trabalho e a família são considerados, muitas vezes, as dimensões mais importantes da vida das pessoas. Para conciliar a vida profissional/vida familiar, as assistentes sociais entrevistadas recorrem a familiares ou ao enorme reserva de mulheres em situação precária; são domésticas, babas ou diaristas que geralmente têm baixa escolaridade, vivem em situações precárias do ponto de vista econômico e a margem do

mercado formal de trabalho. Estabelecem-se assim novas relações sociais entre essas mulheres, ambas em situações precárias, mas de formas diferentes.

A conciliação entre vida profissional e vida familiar é a estratégia adotada por doze assistentes sociais entrevistadas/os, e configura-se, na verdade, como uma conciliação fortemente sexuada, definida no papel da mulher. Duas profissionais, Alice e Telma, têm funcionárias domésticas na atualidade, mas ainda assim administram e delegam as tarefas domésticas e se incubem delas no domingo, dia em que não há funcionária doméstica. O assistente social Jorge realiza alguma atividade doméstica no domingo, segundo relata, como lavar a louça após o almoço para “ajudar” sua mãe; ao longo da semana faz seu próprio café. Por outro lado, também há casos em que a divisão das tarefas parece ilustrar mais horizontalidade. Os filhos/as também são incentivados à participação, principalmente no que tange à organização e arrumação de suas próprias coisas e na divisão de outras tarefas.

Todos participam da divisão e meu esposo também. Inclusive digo que eu menos faço trabalho em casa. Meus filhos são muito parceiros nesse sentido, apesar de serem bem novos, mas se responsabilizam pelo seu quarto, eu tenho uma tabela de divisão de serviços, do recolhimento do lixo, quem cuida da cozinha, quem vai varrer a casa, quem vai tirar a poeira. Com o meu esposo também, com ele não precisa de tabelinha, ele já tem os dias que ele cuida da cozinha, ajeita tudo. Às vezes eu me atraso pra fazer o jantar, chego lá o jantar já está pronto (JÚLIA, 36 anos, estatutária, união estável).

Já Telma viveu a típica jornada de trabalho no primeiro casamento. No segundo afirma que o esposo divide todas as tarefas.

Meu ex-marido achava que eu tinha que ter jornada dupla, eu trabalhava fora, fazia também oito horas como ele, ele chegava em casa e não queria fazer nada, porque na cabeça dele ele não era mulher, então não fazia, a cultura ‘é dessa forma né. A gente vive numa cultura de machismo né, não tem jeito. Agora o meu esposo atual [...] ele tem uma mente muito mais aberta [...] E ele que cozinha sabe, ele põem roupa pra lavar, ele estende a roupa, ele recolhe a roupa. Agora eu tenho empregada, mas eu não tive empregada sempre a vida inteira. Então sempre dividiu os trabalhos comigo, a única coisa que ele pediu pra eu não pedir pra ele fazer é passar roupa, porque ele não da conta, o resto, lavar banheiro, ele faz tudo (TELMA, 38 anos, estatutária, casada).

No mesmo caminho da divisão o assistente social Pedro (50 anos, contrato por tempo determinado, casado) afirma ajudar na divisão das tarefas: “eu sou um exímio lavador de pratos e no banheiro”; além disso, afirma ajudar no cuidado com os animais domésticos. Para o profissional em sua casa ninguém se auto declara “chefe”. Entretanto

quando perguntado o que os outros familiares fazem responde: “A menina ajuda mais. O menino está no caminho, lava copo quando dá e acabou de almoçar tem que lavar o prato que usou”. A fala mostra a existência de uma divisão etária das atividades domésticas entre os entes da família, porém com peso diferenciado, indicando também a divisão sexual na partilha dessas tarefas.

As profissionais que não podem arcar com os custos de uma funcionária doméstica mensal são as responsáveis por tais tarefas, realizando-as ou gerenciando-as. Em recente pesquisa, Jordão Nunes (2014) observa, com base em microdados do Censo de 2010, que as mulheres concentravam 94,4% dos 5 milhões de vínculos de trabalho doméstico registrados no Brasil, mostrando que o trabalho doméstico é sexuado.

Como apontam dados da PNAD 2012 as assistentes sociais brasileiras mantêm o trabalho reprodutivo sob responsabilidade feminina, pois 89,3% afirmam cuidar dos afazeres domésticos, ante 10,7% dos homens que afirmam realizar este trabalho. A distribuição de horas com essas tarefas é bastante desigual, sendo as assistentes sociais desempenham 24 horas por semana nos afazeres domésticos e os homens 11 horas semanais (PNAD, 2012).

Com base em Kergoat e Hirata (2007) pode-se dizer que as assistentes sociais vivem o “modelo de conciliação”, no qual cabe quase que exclusivamente às mesmas conciliar vida familiar e vida profissional, sendo o homem “provedor”, diante dos baixos salários auferidos por grande parte dessas profissionais. Esse modelo, em geral, incumbe apenas às mulheres operar a conciliação, o que pode gerar conflitos, como relata Ana:

É o que estou te falando, nós não conseguimos superar, às vezes a gente até ganha mais do que o companheiro, do que o pai, mas a gente continua fazendo. Eu faço, mas eu também divido. Eu divido mas a gente tem muitos conflitos por conta disso; hoje particularmente meus conflitos domésticos são por causa disso porque eu não aceito, eu faço, mas eu faço a minha parte e tento dividir. Eu acho que é por aí, eu acho que a gente tem que trabalhar isso, fazer com que o outro, ou as outras, porque nós mulheres também reproduzimos com outras mulheres, nós mulheres reproduzimos isso com outras mulheres; eu acho que esse ambiente doméstico a gente tem que mudar, primeiro a gente muda em casa pra depois ganhar o mundão né (risos) (ANA, 30 anos, estatutária, união estável).

Algumas assistentes sociais contam com a ajuda de outras familiares ou com a contratação de outras profissionais diaristas, também mulheres, excluindo os homens da realização de tais tarefas ou distribuindo-as de forma desigual com os mesmos. Perguntada sobre quem realiza as tarefas em sua casa Luiza responde:

Graças a Deus eu tenho uma mãe maravilhosa, ela tem a casa dela e eu tenho a minha, mas é no mesmo lote. Eu tenho uma menina que cuida na minha casa uma vez por semana, mas eu amo cuidar da minha casa, eu gosto de fazer, igual hoje de manhã eu já passei um pano na área; igual a comida, eu faço correndo e trago pra comer aqui. Então é assim, quando eu vinha pela manhã minha mãe fazia a comida e mandava pra mim; ela tem 75 anos. Então é assim, eu faço tudo, eu coloco minha luva e faço, eu lavo louça, a gente cozinha. Ele é colaborador (o marido), agora meu filho não é de fazer as coisas não. Meu esposo é colaborador (LUIZA, 53 anos, estatutária, casada).

Paula (32 anos, contrato por tempo determinado, casada) realiza todas as tarefas domésticas, principalmente nos finais de semana, sinalizando que seu tempo livre é gasto nas tarefas domésticas e no cuidado com o filho: “Eu faço em dois dias, no final de semana [risos]. Lavo, passo, cozinho, cuido dos meninos, não tem ninguém pra me ajudar não”. Durante a semana conta com a ajuda da mãe para ficar com o filho enquanto trabalha e estuda:

(...) antes de ir pro serviço eu já levo meu filho pra escola, já peço minha mãe pra buscar, aí eu já passo na minha mãe e já levo meu filho pra casa. Eu faço curso de inglês a tarde enquanto meu filho fica lá na minha mãe, aí eu já pego ele...eu faço assim, já é corrido entendeu? Aí eu já vou providenciar as coisas dele, lanche tem que organizar, uniforme e organizo minha vida dessa forma (PAULA).

O relato indica que o filho é uma parte importante das tarefas de Paula e sua rotina é particularmente organizada em razão dele, começando cedo. Os relatos de Luiza e Paula destacam a figura materna/avó como importante na contribuição dos cuidados com as crianças pequenas e com as atividades domésticas enquanto as assistentes sociais encontram-se no trabalho.

O afastamento prolongado do mercado de trabalho para o cuidado de filhos pequenos foi pontuado por algumas profissionais, como Laura (43 anos, contrato por tempo determinado, casada): “Eu formei em 2005, eu comecei a trabalhar em 2010 porque minha filha tava pequenininha, eu dei um tempinho (...) Ela nasceu em 2002, eu formei em 2005 e eu comecei a trabalhar em 2010”. Já Alice (42 anos, contrato por tempo determinado, casada) formou-se em 1998 e ingressou no primeiro trabalho em 2000, após ter cuidado da primeira filha: “(...) eu fiquei com ela e no ano de 2000 eu comecei a trabalhar”. Aparentemente essas assistentes sociais estão preocupadas, em primeiro lugar, com a vida familiar, com o cuidado dos filhos, e em um segundo plano, a carreira é planejada.

As profissionais vêm com naturalidade o “modelo de conciliação”, interiorizado de forma acrítica<sup>11</sup>. O relato seguinte expressa, com riqueza de detalhes, o conservadorismo que permeia as relações intrafamiliares e esboça a naturalização das diferenças socialmente construídas entre os sexos; quando perguntada sobre as contribuições do movimento feminista para as mulheres Laura responde:

Eu sou muito família, tudo que eu faço eu gosto de olhar o âmbito familiar. Foi muito bom a mulher sair do âmbito familiar, porém, eu acho que ela não teria que ocupar tanto as horas dela com o trabalho e isso tá acontecendo e tá trazendo a degradação familiar; eu não sou feminista. Porque eu acredito, e isso é histórico, que os filhos precisam da mulher, os homens e os esposos precisam da mulher; a gente não pode deixar de ser profissional, mas tem que conciliar isso, a maioria das mulheres tão pondo a profissão em primeiro lugar, eu acho que a gente não tem que pegar todo cargo, a gente não tem que ser chefe de família, a gente buscou muito isso. Hoje em dia as mulheres são chefe de família e os homens se acomodaram, tão casando com interesse e eu acho que isso tá gerando muitos divórcios, a mulher tá mais segura, mais independente, e tem que tá, mas tem que tá junto com a família, junto com o esposo, acho que a mulher e deixou a família de lado e tá muito na carreira; eu acho que tem que ter uma carreira, que tem que tá buscando novos horizontes, porém, tem que lembrar da família, tem que conciliar, a família andar junto, juntinho; não é passar a educação da família pra babar ou pra uma empregada (LAURA, 43 anos, contrato por tempo determinado, casada).

Nota-se ainda, que segundo a opinião Laura o fato de as mulheres saírem do âmbito doméstico em busca de uma carreira tem acarretado crescimento do número de divórcios, culpabilizando-as por relacionamentos mal sucedidos. Um posicionamento acrítico como este leva-nos a pensar em como as próprias mulheres podem contribuir para que as explorações e dominações em suas diversas formas se perpetuem e se reproduzam. Como analisa Kergoat (2010), é preciso desnaturalizar as relações sociais de gênero, pois elas não se inscrevem unicamente na instância familiar ou na econômica, “estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica” (p.99), explorando, dominando e oprimindo por meio de gênero, raça, classe, ou seja, essas relações se entrecruzam e se interpenetram formando um “nó” no seio de uma individualidade ou de um grupo, atuando na construção identitária. As relações de trabalho reforçam relações de classe e sexo num entrelaçamento mútuo que reproduz estereótipos de gênero e naturaliza desigualdades.

Atualmente, devido à polarização das condições de emprego das mulheres tem-se observado o “modelo da delegação” como aliado ao “modelo da conciliação” da vida

---

<sup>11</sup> A única exceção é a assistente social Ana, que relata a existência de conflito na divisão das tarefas domésticas, uma vez que o companheiro é resistente a realizar tais tarefas.

familiar/vida profissional (Kergoat, Hirata, 2007). O crescimento de ocupações de nível superior e de posições executivas por mulheres têm criado a necessidade e os meios de delegar a outras as tarefas domésticas e familiares. Esse novo modelo se desenvolve nos países capitalistas ocidentais como consequência do crescimento de empregos em serviços e está em vias de desenvolvimento em países como o Brasil, oferecendo uma “solução” para os conflitos entre responsabilidades familiares e profissionais. Com renda familiar elevada auferida pelo esposo, Alice não realizava as tarefas domésticas uma vez que este a “ajuda” financeiramente custeando uma funcionária doméstica; entretanto, a profissional não se esquiva dessa responsabilidade e quando perguntada se realiza alguma tarefa doméstica demonstra “vergonha” por não realizá-las: “Ai que vergonha...muito pouco, muito pouco porque eu tenho quem faz tudo lá em casa (...).Eu tenho três filhos né, eu preciso de ajuda! [risos] As vezes eu cozinho” (ALICE).

O “modelo da delegação” levanta questões controversas, uma vez que um grupo de mulheres com perfis sociais e econômicos privilegiados faz uso de serviços de outro grupo (precário, mal pago e sem perspectiva ascensão profissional) para ascender na escala profissional e investir em uma carreira. Essa situação permite a assistente social maior envolvimento no trabalho, contudo não resolve o problema da responsabilidade imputada as mesmas para com as tarefas domésticas, apenas desloca-o para novas relações de subserviência com outras mulheres.

A mudança na legislação que institui a carga horária máxima de 30 horas semanais (Lei n. 12.317/2010) para assistentes sociais influencia para que essas profissionais tenham mais tempo disponível para as atividades domésticas ou para aperfeiçoamento profissional. É o caso de Ana, que afirma aproveitar o tempo livre para estudos: “hoje eu tenho mais condições de uma leitura né, você acaba estudando, você acaba lendo mais para trabalhar um caso, você tem aquele momento de reflexão e que você ainda gasta depois daquelas 6 horas de trabalho; na sua casa você continua indiretamente trabalhando né, porque você ta lendo, tem mais tempo”. Entretanto, essa é uma realidade diferente das pontuadas por outras profissionais, essencialmente para as assistentes sociais com filhos, em que o maior tempo livre é gasto, em grande parte, com os filhos e atividades domésticas. Isso significa que para estas o trabalho em tempo parcial permite que se tenha mais tempo disponível, não porque diminui a exigência do trabalho, mas porque a flexibilidade de horário possibilita ajustar as exigências do seu trabalho às exigências da família, aumentando o tempo dedicado as tarefas reprodutivas,

como é o caso de Alice, que no tempo livre se dedica exclusivamente as funções de mãe e esposa, destacando uma construção identitária sexuada, orientada por gênero.

Bom...fora! Mãe, primeira coisa; esposa, segunda coisa. Eu fico de segunda a sexta em Goiânia, final de semana vou pra chácara, uma chácara bem próximo daqui [...] é no final de semana que eu brinco, que eu faço casinha porque eu tenho três filhos, 14, 8 e 7 anos, eu brinco de casinha, eu jogo futebol, que eu sou mãe mesmo né; porque de manhã lá em casa no meu dia a dia eu acordo e é café da manhã, tarefa, levo pra escola, busco depois, corro pro trabalho, aquela loucura. E nos finais de semana é que eu sou mãe, eu sou esposa, eu sou tudo. E assim é a minha vida.

Interiorizando a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e centralizando o papel feminino na sociedade e na família, Alice se culpa por não ter acompanhado mais minuciosamente o crescimento de sua terceira filha, por causa do trabalho: “[...] de tudo isso me dói uma coisa, uma coisa eu sinto falta, de não ter vivenciado com a minha filha mais velha todo o crescimento [...] até hoje eu ainda sinto isso, eu carrego isso comigo, essa dor de não ter acompanhado”.

O dilema entre o trabalho e a administração da família de “tipo tradicional (hierárquico)” gera na profissional o sentimento de ressentimento, colocando em discussão os papéis da mulher ao longo do tempo, no desempenho de estratégias para lidar com as cobranças sociais e com a tensão de administrar tempo e energia para o trabalho, os filhos e o casamento numa dupla jornada que gera “dilemas” para a mulher. Ela conjuga, transforma e alterna papéis, como de “supermãe”, de profissional e esposa, privilegiando ou reduzindo seu tempo e energia para esses papéis ao longo do tempo (HOCHSCHILD, 1989). Segundo Arlie Hochschild (1989), essa relação ocorre de forma tensionada, pode gerar crises e desempenham grande empenho em termos de trabalho emocional. A socióloga analisa como o “mito da família tradicional” tem sobrecarregado a mulher nas responsabilidades com a esfera doméstica/reprodutiva e com os filhos, gerando na atualidade um “dilema” relacionado às relações conjugais entre casais que trabalham fora e têm filhos. Mesmo com as mudanças do mundo moderno, como o aumento da PEA feminina, a composição da “família tradicional” – baseada na mulher reprodutora e no homem provedor – ainda perpetua-se nos arranjos contemporâneos, gerando novas imagens e valores que, no entanto, continuam a alimentar, de formas mais sutis e “criativas” o mito da família tradicional baseada na dominação masculina.



Os relatos evidenciam a contínua reprodução de valores assimétricos de gênero no interior das famílias. Tal problemática apontada coloca em questão a gratuidade do trabalho doméstico, visto como uma qualidade natural das mulheres. Sorj (2000) observa que “a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários” (id., p.29). Assim, apesar do intenso crescimento da força de trabalho feminina, há permanência de traços culturais e sociais que delineiam obstáculos a participação mais efetiva da mulher no mercado de trabalho, condicionando sua participação no mercado com as responsabilidades domésticas, ensejando a necessidade de rever as fronteiras entre trabalho e não-trabalho.

Os dados também apontam uma característica essencial da política de assistência social: ela é fundamentalmente direcionada às mulheres. Além de responsabilizadas pela reprodução social, as mulheres são também as maiores vítimas da precarização das políticas públicas. São elas em sua esmagadora maioria que procuram as unidades especializadas em assistência social e que acompanham os entes familiares aos atendimentos. A profissional Luiza relata que no atendimento aos adolescentes as acompanhantes são: “a maioria são as mães, as mães, às vezes os pais acompanham também, mas a maioria é a mãe, a genitora”. Outra assistente social, Alice, estima que nos atendimentos da unidade na qual trabalha “99% são mulheres que buscam a assistência”.

Por outro lado, Alice entende que a profissão feminizada está relacionada à forma de interpretar a realidade com base nas experiências domésticas das mulheres:

Olha, quando eu entrei na faculdade se falava muito que a assistente social é aquela moça boazinha que o governo pagava pra cuidar dos pobres, que eram beatas, irmãs de caridade, né, mas por ser um curso feminino eu acho que é pelo olhar que nós temos da realidade, de mãe, de mulher, das nossas dificuldades de dentro de casa, eu vejo que a gente olha com um olhar mais acolhedor, mais cuidadoso.

Observa-se a permanência de certos símbolos e situações que atestam que o Serviço Social pode não ser atrativo para a imagem social masculina. Como históricos “provedores do lar”, os homens não poderiam ganhar um salário tão modesto. Soma-se ainda que a profissão carrega historicamente atributos e qualidades “naturalmente” femininos, como dedicação, paciência e empatia com o público atendido, o que se contrapõe aos atributos e qualidades “naturalmente” masculinas, como aparece na fala

de Júlia, remetendo o ato de cuidar a um instinto natural feminino: “É tão engraçado como isso está tão introjetado em nós. O instinto do cuidar está introjetado, isso está ligado à benesse, à caridade. Eu acredito que esse instinto de cuidar que a mulher tem é um atributo sim” (JÚLIA, 36 anos, estatutária, união estável).

O assistente social Pedro (50 anos, contrato por tempo determinado, casado) observa que, não raramente, as pessoas o olham com estranhamento “pelo fato de achar que Serviço Social é pra mulher. Assusta ver homem no Serviço Social, assusta não sei por quê e ainda heterossexual”. A virilidade do homem é questionada ao escolher uma profissão feminizada, o que também aparece no relato de Telma:

As pessoas, às vezes acham que as assistentes sociais têm que ser boazinhas, têm que estar dispostas a ajudar, passar a mão na cabeça, a gente vê que existe ainda essa cultura. Então pra isso tem que ser mulher, o homem não vai fazer isso. Tem aquele preconceito, como tem na pedagogia e na enfermagem, se o homem escolhe essa profissão, já questiona a virilidade desse homem, se ele é hetero ou se é homossexual, quer dizer, como se a orientação sexual deles fosse fazer diferença na questão da escolha da profissão (TELMA, 38 anos, estatutária, casada).

A inserção de homens no Serviço Social é pequena e lenta, e, mesmo sendo um curso de nível superior, portanto de formação universitária, não se mostra atrativo suficiente para que os homens vislumbrem nessa profissão uma verdadeira e valorizadora opção profissional. No Brasil, as mulheres representaram 96,8% da categoria em 1988 e 95,3% em 2006 (Simões, 2012). Em 2010 já se verifica uma composição masculina relativamente maior: 81,7% de mulheres e 18,3% de homens, com base nos microdados do Censo. O resultado da PNAD, embora referente a uma tendência calculada com base numa amostra relativamente menor e que inclui também economistas domésticos, também ilustra a progressiva incorporação de homens na ocupação: 84,5% de mulheres (microdados da PNAD Pessoas – 2012). Cabe uma investigação mais detalhada sobre esse acréscimo masculino nesta ocupação, embora ele ocorra muito lentamente.

Segundo Marlene Rodrigues (1998) os estudos de gênero permanecem historicamente “à margem do campo de reflexão das Assistentes Sociais” e no campo científico esse distanciamento é ainda maior, se refletindo “numa produção reduzida, se comparada não só ao quadro mais geral das Ciências Sociais no Brasil a partir da década de 70, mas a produção interna mesma do Serviço Social” (RODRIGUES, 1998, p.5). Enquanto nas Ciências Sociais observa-se uma produção acadêmica sólida e uma

diversidade de grupos, núcleos de estudos e pesquisas pautados nos estudos de gênero, no Serviço Social “mantém-se, regra geral, um distanciamento visível com os movimentos sociais de mulheres, especialmente aqueles identificados mais claramente com a “vertente feminista”” (id., p.6). A constatação de Marlene Rodrigues pode ser claramente observada nas entrevistas, como na fala da profissional Telma: “Feminista? Tem muitas coisas que eu não concordo com o movimento feminista [...] eu não sou muito envolvida nos movimentos feministas não, eu posso até estar totalmente errada, mas tem uns movimentos que são muito radicais [...]” (TELMA).

Apesar de afirmarem positivamente a contribuição do movimento feminista para a conquista de espaços e avanços na situação da mulher, apenas a profissional Carla (52 anos, estatutária, casada) afirma ter identificação com a temática, tendo, inclusive, participado ativamente deste movimento durante a juventude e contribuído para a formação de um grupo feminista em Goiânia. As demais profissionais demonstraram, ao contrário de Carla, aversão e falta de interesse na temática e ao termo feminista, com exceção profissional de Alice que, embora tenha se mostrado mais receptiva pelas questões relacionadas ao tema, não se identifica com o termo feminista: “Feminista não, mas na luta. Não totalmente à frente, vestir a camisa, levantar a bandeira, mas quem sabe, eu ainda não tive a oportunidade”. Segundo Rodrigues (1998), ao longo do processo histórico de profissionalização as assistentes sociais não se aproximaram com essas “problemáticas” e mesmo na atualidade mantêm-se tal distanciamento. Essa tendência é confirmada nos maiores congressos nacionais da categoria, que apresentam pouca ou quase nenhuma inserção da temática nos grupos de trabalho e na produção científica então apresentada.

Para a autora essa “invisibilização” e “rejeição” da temática, enquanto objeto da práxis do Serviço Social, “pode estar relacionado ao “ethos” religioso e ao modelo de relações de gênero (“tradicional”) hegemônico do/no Serviço Social, incompatíveis com o modelo de gênero associado, por alguns setores às análises e propostas dos movimentos de mulheres, especialmente, do movimento feminista” (RODRIGUES, 1998, p.8). O perfil das entrevistadas confirma a afirmação da autora, uma vez que dois terços das assistentes sociais entrevistadas são casadas (9 são casadas civilmente e duas vivem em união estável) e destas mais de metade tem um ou mais filhos. Três profissionais casadas não têm filhos, mas afirmaram repetidamente que os planejam para um futuro próximo. Apenas uma profissional é solteira com filhos, outras/o três profissionais solteiras/o não têm nenhum filho. De maneira geral, as assistentes sociais

obedecem ao modelo tradicional de família (casal com filhos) e reproduzem as tradicionais relações de gênero que imputam a esfera da reprodução a responsabilidade da mulher.

Em importante pesquisa sobre o perfil profissional de assistentes sociais no Brasil com uso de dados de PNADs, Pedro Simões (2012) observa que apesar de pouco quantitativos no Serviço Social os homens nesta carreira mantêm os valores masculinos, ou seja, mesmo sendo homens inseridos em uma profissão feminina, eles guardam uma identidade de gênero com a profissão. Os dados da PNAD 2007 mostram que 81% dos homens assistentes sociais se declaram como “pessoa de referência da família” e somente 33% das mulheres afirmam o mesmo. Para o autor o termo “pessoa de referência da família” é associado ao “chefe de família”, a figura masculina. Isso significa que 67% das assistentes sociais brasileiras estão em posição de coadjuvante na composição familiar, enquanto os homens ocupam uma posição de destaque.

O perfil nacional da categoria encontrado por Simões (2012) sugere que os homens buscam outras posições que possam identificá-los com uma posição masculina:

Como estão submetidos a um padrão de mercado feminino, em que as mulheres assistentes sociais são cônjuges em seus domicílios, os assistentes sociais homens mudam de carreira (tornam-se gestores, professores, etc.) ou mudam de função no interior de suas carreiras. Assumem, com isso, outras atribuições “não femininas”, ou aumentam suas jornadas, agregando outros postos de trabalho, para conseguirem manter a posição de provedores em seus domicílios (SIMÕES, 2012, p.128).

Assim, os homens assistentes sociais “preservam traços de identidade masculina no interior das suas famílias, mesmo tendo se inserido numa profissão feminina” (SIMÕES, 2012, p. 126).

### **Considerações finais**

O Serviço Social não é majoritariamente feminino por acaso. A profissão é produto de construções complexas e dinâmicas da definição de “ser” assistente social e das relações entre os sexos, sendo permeada por valores simbólicos e vocacionais em torno do trabalho feminino e com base em um sistema de qualidades, ditas naturais, que influenciam as mulheres nas escolhas profissionais.

Apesar das conquistas alcançadas nos últimos anos, como o aumento da escolaridade feminina, a participação mais efetiva na política e a ocupação de vários postos que anteriormente eram exclusivos aos homens, as mulheres ainda não alcançaram grande número nos cargos representativos na política, não superaram as desigualdades salariais e ocupam pouco os postos de grande prestígio, como diretorias e presidências, que por sua vez são os mais bem remunerados; essa tem sido a tendência geral observada em pesquisas nacionais, segundo Neves (2012).

Apesar de ser uma profissão com *status* de atividade liberal, o Serviço Social é uma ocupação majoritariamente empregada pelo Estado, atendendo à necessidade de viabilização de políticas de assistência no âmbito público em especial, mas também no privado. O crescimento da profissão é associado ao próprio desenvolvimento do Estado brasileiro e à estruturação da rede de proteção social pública, atendendo às demandas das classes populares. A profissionalização da categoria ocorre concomitantemente a esse processo, respondendo a exigência de melhoria técnica na atuação profissional, mudando paulatinamente a formação universitária e a atuação prática em busca de reconhecimento técnico, financeiro e legitimidade social. Nesse processo, o Serviço Social afirma-se como profissão que ratifica a divisão sexual do trabalho, vinculada à extensão dos papéis domésticos da mulher na sociedade e a valores associados ao feminino, configurando-se como um nicho feminino no mercado de trabalho, marcado por baixos níveis de remuneração e por uma desvalorização social histórica.

Os dados apresentados confirmam que as assistentes sociais goianienses propagam maneiras culturalmente definidas e já instituídas para a conceitualização do gênero, transportando um quadro de valores atribuídos as mulheres para a profissão. Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender o Serviço Social enquanto profissão marcada por relações de poder sexuadas e pela complexidade do público atendido.

A categoria sinaliza que mantêm os tradicionais arranjos domésticos e a tradicional configuração familiar brasileira: casal heterossexual e filhos. De modo geral, a articulação trabalho/família das profissionais entrevistadas parece estar de acordo com o “modelo de conciliação” (Kergoat e Hirata, 2007), no qual as profissionais conjugam o trabalho em Serviço Social com a dupla jornada de trabalho, sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Há casos de certa divisão de tarefas entre os entes da residência e a delegação deste trabalho a outras mulheres e familiares, o que não extrai a responsabilidade das mulheres para o trato com essas tarefas.

O trabalho doméstico continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero a que se assiste hoje. E mesmo aquelas mulheres “plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade” (Kergoat e Hirata, 2007, p.607). É preciso questionar e refletir sobre o contínuo e permanência deste trabalho imputado exclusivamente a um sexo, mas, é também importante pensar em maneiras e possibilidades de como mudar essa situação e, mais do que isso, “questionar, sobretudo, os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade” (id.,ib.).

A esfera doméstica merece destaque diante das novas configurações do trabalho, uma vez que além de profissionais inseridas no mercado de trabalho, algumas assistentes sociais reiteram o valor cultural de que o principal compromisso das mulheres é com a família. Ademais, o “tempo livre” para a grande maioria das profissionais entrevistadas não significa tempo de descanso. O tempo fora do trabalho significa pouco tempo para si mesma, principalmente para as casadas e com filhos e é, na verdade em grande parte voltado para as tarefas domésticas, reprodutivas. Deste modo, a abordagem de gênero leva-nos a compreender o trabalho em seus diversos aspectos, materiais, sociais e subjetivos. Enfim, nos dias atuais é impossível pensar o mundo do trabalho indissociável da perspectiva de gênero.

## Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Relatório de Pesquisa: “Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil”*. Maio, 2004.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica 112. *Terceirização e negociação coletiva: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro*. Julho 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec112terceirizacao.pdf>> Acesso em: 10 jul.2013.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, 144p.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley: University of California Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *The commercialization of intimate life: notes from home and work*. Berkeley, The University of California Press, 2003.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1990.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Acesso em: jun. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> .

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Revista Cadernos de Pesquisa*, Maranhão, v.37, n.132, p. 595-609, 2007.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução Antônia Malta Campos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo , n.86, p. 93-103, 2010.

LIMA, Maria Helena de Almeida. *Serviço Social e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 1984, 141p.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, 2010.

MDS. *Ministério do desenvolvimento social e combate à fome*. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Prestação de contas ordinárias, relatório anual de gestão – 2013. Março de 2014, 264p.

MONTÃO, C. A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 108 (out./dez), p. 762-780, 2011.

MTE. *Ministério do Trabalho e Emprego*. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/> Acesso em: jun. 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho feminino, flexibilidade e qualificação. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.11-28, mai./ago.2012.

NUNES, Jordão Horta. “A seu dispor!” – Identidade e interação no trabalho em serviços. In: \_\_\_\_\_. *A seu dispor!* Sociologia do trabalho em serviços. NUNES, Jordão Horta (Org.). Goiânia: Editora da PUC – Goiás, 2011, p.15-48.

\_\_\_\_\_. Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, 2014, p.238-273.

RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais*. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>> Acesso em: jun. de 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. *Serviço Social, Gênero e Violência*. 1998, p.1-16. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-100.pdf> Acesso em: 13 Maio 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Neville. Servidão e subalternidade: a construção da identidade da trabalhadora doméstica. In:\_\_\_\_\_. *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino (Org.). Goiânia: Editora da PUC – Goiás, 2011, p.15-48.

SIMÕES, Pedro. *Assistentes sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2012.

SOUZA, Tatiele Pereira dos. O aspecto servil e pessoal das atividades de serviços: uma análise do trabalho de servente de limpeza. In:\_\_\_\_\_. *A seu dispor! Sociologia do trabalho em serviços*. NUNES, Jordão Horta (Org.). Goiânia: Editora da PUC – Goiás, 2011, p.15-48.

SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS - São Paulo, vol. 15 n° 43, 2000.